

Notas sobre o ensino em textos de Graciliano Ramos: possibilidades de diálogo entre a literatura, a história e a história da educação

Resumo

O trabalho aqui apresentado parte do entendimento da Literatura não só enquanto fenômeno estético, mas também como manifestação cultural permeada pelo registro humano e a compreensão da própria historicidade ali contida. Com vistas à História da Educação enquanto área de estudo que não é restrita às datas e aos números, mas que dialoga com narrativas, sejam ou não ficcionais, é que se analisam alguns textos do autor Graciliano Ramos (1892-1953), sobretudo os compilados em **Garranchos** (2012). Assim, amparada pelo conceito de representação, essa pesquisa procurará problematizar a Literatura com olhos aos aspectos sociais e históricos na qual ela está inserida e reflete em suas páginas.

Palavras-chave: Literatura, História, História da Educação.

Francieli Daiane Borges
Universidade Federal de Pelotas
francelidborges@gmail.com

1 O conceito de *representação* como facilitador do diálogo entre a Literatura, a História e a História da Educação

O conceito de *representação*, problematizado principalmente por Marcel Mauss e Émile Durkheim, começou a ser utilizado pelos historiadores em meados do século XX. Embora esse conceito não seja posto às claras e às vezes possa parecer ambíguo, ele permite a reflexão acerca dos sentidos conferidos à humanidade ao se manifestar através do discurso, expondo as formas integradoras da sociedade e a forma como ela percebe a si e representou o mundo através dos anos. A pesquisadora Sandra Pesavento observa que a *representação* “não é uma cópia do real, sua imagem perfeita, espécie de reflexo, mas uma construção feita a partir dele.” (PESAVENTO, 2005, p. 40). A corrente denominada Nova História Cultural contestou “certas posturas historiográficas presentes nessa ruptura dos paradigmas das últimas décadas do século XX” (PESAVENTO, 2005, p. 9), e, dessa maneira, permitiu que a História da Educação se utilizasse dela para ampliar a viabilidade em pesquisas nas fontes que não fossem as tradicionais, tal como a Literatura - com as devidas ressalvas quanto à sua especificidade.

Nesse sentido se encaixam os textos de Graciliano Ramos observados nesse trabalho. Na obra **Infância**, com a primeira edição datada de 1945 e exaustivamente abordada pela crítica, o autor revela cruamente as faces de uma educação dura, pouco eficaz, com métodos bastante questionáveis e que os jovens detestavam

A notícia veio de sopetão: iam meter-me na escola. Já me haviam falado nisso, em horas de zanga, mas nunca me convencera de que realizassem a ameaça. A escola, segundo informações dignas de crédito, era um lugar onde se enviavam as crianças rebeldes. [...] A escola era horrível - e eu não podia negá-la, como negara o inferno. Considerei a resolução dos meus pais uma injustiça. Procurei na consciência, desesperado, ato que determinasse a prisão, o exílio entre paredes escuras. [...] Tinham-me domado. Na civilização e na fraqueza, ia para onde me impeliam, muito dócil, muito leve, como os pedaços da carta de ABC, triturados, soltos no ar. (RAMOS, sem data, p.107).

Ali dá-se voz narrativa a uma criança e a forma como esta via o próprio ensino. Ainda em outras partes do texto supracitado, cujo subtítulo é “Escola”, são evidenciadas inúmeras situações de humilhação e correções agressivas que dificultavam o aproveitamento didático.

Já em **Garranchos** (2012), obra bastante recente que reúne oitenta e um textos inéditos em livro e que foram produzidos pelo autor entre 1910 e 1950, na seção “Anos 1920”, a visão é de Graciliano adulto. Estes escritos são do momento em que Ramos retoma as atividades em periódicos, na cidade de Palmeiras dos Índios, quase sempre assinando com pseudônimos. Em inúmeros desses trabalhos há críticas bastante ferrenhas ao modo como o ensino é conduzido – e o autor se coloca em favor da criação de escolas e da alfabetização do povo, ampliando, aos poucos, o escopo de sua ação que já não abordará somente o microcosmo municipal, nem a esfera estadual, mas evidencia a necessidade do diálogo nacional.

A autorização para a literatura estabelecer relações com a História da Educação surgiu a partir da corrente denominada Nova História Cultural, o que permitiu expandir as possibilidades de estudo em fontes que não fossem as tradicionais. Essa vertente tem sua origem associada à Escola dos *Annales*, movimento surgido na França a partir da publicação do periódico **Annales d'histoire économique e sociale**, em 1929. Uma de suas categorias centrais, o conceito de *representação*, foi incorporada por diversos historiadores sobretudo depois das formulações dos estudiosos Durkheim e Mauss. De acordo com Pesavento (2005), “eles estudaram as formas integradoras da vida social, construída pelos homens para manter a coesão do grupo e que propõem como representação do mundo”.

Na sempre presente tentativa de compreender a si, captar e entender o passado, as pessoas se valem da palavra. A linguagem, ao passo que limita seus usuários quanto às regras preexistentes, também os permite flunar, propiciando a experiência através da releitura de fatos e a consequente interpretação de acordo com a visão do próprio tempo e espaço.

Aristóteles, na conhecida **Arte Poética**, estabeleceu que “[...] não diferem o historiador e o poeta por escreverem verso e prosa [...], diferem, sim, em que diz um as coisas que sucederam, e outro as que poderiam suceder”. Fica, assim, a primeira circunscrita à verdade e a segunda à verossimilhança. O filósofo ainda completa que “a poesia é algo de mais filosófico e mais sério que a história, pois refere aquela principalmente o universal e esta o particular” (ARISTÓTELES, 2004, p. 43). Contudo,

devido ao avanço do racionalismo nos tempos modernos, tal compreensão teria tido uma inversão: a ficção (a arte e a poesia) seria desqualificada como modo de conhecimento da realidade. Temos a volta do *status* de importância da ficção em forma de poesia mais tarde, no período que convencionou-se chamar de Romantismo.

Na Antiguidade, mesmo com os limites aristotélicos para dialogar a Literatura com a História, já era difícil separá-las. Um exemplo grandioso para essa afirmação é o fato que maior parte da história grega foi construída a partir das epopeias homéricas, e muito da história dos povos romanos por Virgílio, em **Eneida** (2004). Na Idade Média também há exemplos, caso de **La chanson de Roland** (2013), pertencente à literatura francesa daquele período, considerado texto literário e documento histórico ao mesmo tempo. É interessante ressaltar que nessa época primava-se pelo fantástico e imaginoso quando dos relatos dos reis e seus feitos heroicos, afora a vida dos santos e seus milagres, dificultando encontrar o que havia de histórico nessas páginas. Os textos referentes à conquista da América também caminham nesse sentido e temos o famoso exemplo brasileiro de **A Carta de Pero Vaz de Caminha** (2003) que é estudada como História e ao mesmo tempo como Literatura. Inúmeros são os casos em que o registro da ficção literária dá voz às personagens colocando-as em cenários e situações que foram reais ou *representados* como se assim o fossem.

Com o surgimento da Teoria Literária, constituída institucionalmente no século XX, há a busca por assegurar a singularidade estética do literário, em oposição às outras linguagens, tal como a História. No entanto, a separação desses campos ignorou muitas produções ficcionais e históricas desse período, o que gerou, mais tarde, inúmeros questionamentos sobre essa conceituação, o papel do literato e do historiador, e o estatuto de ambas as áreas. A partir dessas questões e pensando na subjetividade do relato do sujeito historiador observou-se a fragilidade do conceito de realidade histórica.

Assim, passou-se a compreender que a História e a Literatura têm em comum a organização subjetiva do real feita por cada sujeito, produzindo um sem fim de discursos. O historiador, ao elencar e organizar a narrativa dos fatos, também a cria. José Saramago afirma que

[...] parece legítimo dizer que a História se apresenta como parente próxima da ficção, dado que, ao rarefazer o referencial, procede a omissões, portanto a modificações, estabelecendo assim com os acontecimentos relações que são novas na medida em que incompletas se estabeleceram. É interessante verificar que certas escolas históricas recentes sentiram como que uma espécie de inquietação sobre a legitimidade da História tal qual vinha sendo feita, introduzindo nela, como forma de esconjuro, se me é permitida a palavra, não apenas alguns processos expressivos da ficção, mas da própria poesia. Lendo esses historiadores, temos a impressão de estar perante um romancista da História, não no incorreto sentido da História romanceada, mas como o resultado duma insatisfação tão profunda que, para resolver-se, tivesse de abrir-se à imaginação. (SARAMAGO apud MENDONÇA, 2003, p.5)

Faz parte do consenso de alguns que o historiador é um “contador de histórias” e que a sensibilidade histórica se manifesta na capacidade de criar uma narrativa plausível a partir de uma série de “fatos” que em sua forma mais rústica carecem de sentido, dependendo da decisão do historiador em configurá-los de acordo com determinadas estruturas de enredo. A maioria das sequências históricas podem ser contadas de maneiras diferentes, fornecendo interpretações diversas dos mesmos eventos e dotando-os de sentidos vários.

A compreensão da História como a narrativa de um acontecimento passado está ligado às *representações* sociais que procuram dar algum significado ao lugar em que se vive. História e Literatura entrariam, dessa forma, como áreas discursivas que têm como referência o “real” – independentemente de registrá-lo “tal e qual” o contado, ou recriá-lo, ou ainda inventá-lo.

A ficção na História é regulada por estratégias de argumentação, afora comparações e cruzamentos. O historiador precisa submeter a sua versão à testagem, através das fontes, com a finalidade de suscitar no leitor como teria sido o percurso de pesquisa. Roger Chartier, em sua obra intitulada **História ou leitura do tempo** (2009), problematiza acerca de a História se assemelhar à Literatura por também ser “uma escritura desdobrada” e “mostrar as competências do historiador, dono das fontes” na tentativa de “convencer o leitor”. (CHARTIER, 2009, p. 15)

Ora, ou a História, como ficção, com seu discurso narrativamente organizado através do ponto de vista do historiador também é uma invenção; ou então é possível chegar aos indícios do passado através da Literatura – texto tido como criação de um escritor situado historicamente em um determinado tempo e espaço do qual ele enuncia. Dito isso, surgem questões que podem ser difíceis de delimitar: o que é histórico e o que não é? Segundo a pesquisadora Sandra Pesavento

Para enfrentar esta aproximação entre estas formas de conhecimento ou discursos sobre o mundo, é preciso assumir, em uma primeira instância, posturas epistemológicas que diluam fronteiras e que, em parte, relativizem a dualidade verdade/ficção, ou a suposta oposição real/não-real, ciência ou arte. Nesta primeira abordagem reflexiva, é o caráter das duas formas de apreensão do mundo que se coloca em jogo, face a face, em relações de aproximação e distanciamento. Assim, literatura e história são narrativas que tem o real como referente, para confirmá-lo ou negá-lo, construindo sobre ele toda uma outra versão, ou ainda para ultrapassá-lo. (PESAVENTO, 2006, p. 3)

Antônio R. Esteves, em **O romance histórico brasileiro contemporâneo (1975 – 2000)** (2010), problematiza que as complexas relações entre História e Literatura estão, ainda, presentes na discussão em que a verdade pode também ser dita por mentiras – ou seja, a ficção. Os romances, ao mentirem, “expressam uma curiosa verdade que só poderá aparecer assim velada, dissimulada, encoberta, disfarçada” (ESTEVES, 2010, p. 20). A Literatura, portanto, trabalha no reino da ambiguidade.

Ambas as formas narrativas, históricas ou literárias, se configuram em um tempo, ora que realmente passou, ora que ocupa o lugar do passado com uma temporalidade que não é exatamente definida. A Literatura trabalha com o tempo presente com a finalidade de, entre outras coisas, explicar-se através da criação do passado e do futuro. Dito isso, para a Literatura, o momento em que o texto é feito facilita a compreensão da obra. Contudo, não há dúvidas sobre a verdade histórica ser uma e a verdade literária ser outra.

Para a ficção, necessariamente relacionada ao imaginário, as concepções de verdadeiro ou falso são muito amplas. Para esta, o que há é a construção social da realidade, obras que visam *representar* o real a partir de uma gama de significados

compartilhados. Nesse aspecto, a História e a Literatura seriam discursos que comportam o imaginário. O historiador utiliza estratégias narrativas (restritas à escolha e à rejeição de materiais, o desvendamento do implícito, a escolha da teoria que poderá fazer com que a narrativa se incline mais à economia, ou à política etc.), mas é essencial que o assunto verse sobre o que tenha acontecido. A Literatura, por sua vez, também se utiliza de uma narrativa aproximativa com a realidade, com a diferença que não precisa de comprovações, embora precise ter coerência de sentido. Com essas questões, verifica-se que os exageros literários autorizam que apareça uma outra verdade, talvez mais inquietante.

Tendo em mente o terreno da prosa, o leitor de romances, contos ou novelas lê de forma mais ou menos consciente, ou seja, orienta seu horizonte de expectativas pela não-verdade. Já no texto histórico os elementos narrativos conduzem o leitor a uma realidade extratextual, diretamente ligada à imaginação. Cabe ao historiador, com o compromisso de trazer as versões autorizadas do passado, valer-se de recursos de linguagem - tal como a retórica, e de evidências para convencer o leitor.

Uma das grandes contribuições da Literatura é evidenciar as questões humanas relacionadas aos sentimentos e às emoções, permitindo a identificação com o leitor. Os textos ficcionais são geralmente prazerosos – não por serem rasos quanto à complexidade – por se relacionarem com os leitores. Essa relação, por sua vez, permite que os textos possam ser discutidos por um outro viés. É importante, contudo, relativizar o estético, já que obras consagradas pelo cânone podem ser símbolos de um período, mas a leitura em voga na época ser “vulgar”, denunciando também os gostos daqueles leitores. Dessa maneira, as observações que podem ser suscitadas através de boas obras literárias não ficariam estancadas à época em que foram produzidas, trazendo significados vários ao leitor de diversos períodos históricos.

2 Os textos de Graciliano Ramos como privilegiados representantes dos signos da história

A abordagem das situações cotidianas por um viés mais crítico é um desafio ao qual inúmeros escritores se dispõem, mas essa atitude frequentemente se transforma em armadilha: primeiro, porque sabemos que descrever o tempo no qual estamos inseridos é uma tarefa árdua e implica, necessariamente, uma visão reduzida acerca das situações que se relata; e por fim, porque as personagens – em sua maioria - se tornam caricaturas, clichês da sua época, previsíveis, ou seja, são relatos superficiais, geralmente construídas em torno de uma única ideia ou qualidade.

O autor alagoano, por outro lado, que evidencia o tom de incerteza e atenta às descrições mundanas com profusão, coloca em cheque os símbolos burgueses decadentes de uma sociedade na qual se inseria. Graciliano Ramos criou modos literários nos quais descreve complexos e variados lados da natureza humana, as suas paixões, desgostos e motivos de seus impulsos. Nesse sentido, a vaidade e o orgulho rompem, mediante a expressão trágica, com os traços de polidez impostos pelos costumes e hábitos. O escritor descreve a sordidez dos ambientes e a pretensa conduta das personagens, salientando os pontos em comum com situações reais. Em seus escritos algumas características são fortemente marcadas: enquanto algumas vezes são o equilíbrio e quase excesso de lucidez que vêm do âmago de suas personagens, outras são os impulsos desordenados e desvairados que se sobressaem nestas. A problemática da virtude e as relações permeadas por impulsos vis aparece como uma realidade onde todos se inserem.

O escritor foi o romancista de uma região. Apesar da constante captação de valores humanos, pode se situar ao mesmo tempo em duas posições definidas: realizador de um documentário ao modo dos neorrealistas e animador do psicologismo. A estrutura social subsiste em função do acontecimento humano: as personagens dependendo das contingências – guerras, revolução, seca - para que projetem os dramas em intensidade. Há tamanha necessidade da humanização que, para assegurá-lo, Graciliano não subordina apenas o cenário ao homem, mas no homem penetra em busca dos grandes acontecimentos. É tão intransigente na revelação das personagens, nessa necessidade

em apresentá-las em função da natureza humana, que obscurece o cenário em alguns casos. Ele se utiliza do monólogo para evidenciar as relações por intermédio do processo mental.

É justo afirmar que Graciliano levou a ficção nordestina para o círculo exato em que se move o romance moderno. Sobre os anos trinta do século XX, é possível dizer que foi marcado pelo intenso engajamento político e social no campo da cultura. Ainda que alguns autores não tivessem consciência clara ou definição exata sobre suas obras, a inserção ideológica dá contorno àquele período. Até então, o Nordeste tinha dois ciclos perfeitamente caracterizados: o ciclo pré-modernista e o ciclo pós-modernista. No primeiro, o espaço da cena é ocupado pela ação episódica e em plano secundário os elementos sociais (Franklin Távora e Domingos Olympio). No segundo, os elementos sociais superam a ação episódica traduzindo rigorosamente o documentário (José Américo de Almeida e Rachel de Queiroz). Parece não ter havido o romance modernista. A colocação foi *a priori* e *a posteriori*. Mas ao fechar-se o segundo ciclo, Graciliano Ramos abre a terceira fase: acrescenta o documentário, sem anular a irradiação social e nem a inquirição psicológica.

Para além das questões literárias, talvez seja importante citar que Graciliano Ramos foi um literato com uma sensibilidade lúcida, com visão consciente e visionária, além de amplamente engajado com o seu tempo¹. Sabendo disso, a maior parte dos leitores literários costuma se interrogar acerca das intenções do autor. Não tanto pelas centrais, mais ou menos óbvias, mas às secundárias e, particularmente, aquelas que pouco se revelam. Esse território pouco decifrável, na obra de Graciliano, é vasto. Se pode partilhar da crítica de Graciliano que vê em sua literatura um convite à análise social por parte dos leitores

¹ O que motivou a sua prisão, em março de 1936, acusado — sem que a acusação fosse formalizada — de ter conspirado no mal sucedido levante comunista de novembro de 1935, é demitido, preso em Maceió e enviado a Recife, onde é embarcado com destino ao Rio de Janeiro no navio "Manaus" com outros 115 presos. O país estava sob a ditadura de Vargas e do poderoso coronel Filinto Müller. No período em que esteve preso no Rio, até janeiro de 1937, passou pelo Pavilhão dos Primários da Casa de Detenção, pela Colônia Correccional de Dois Rios (na Ilha Grande), voltou à Casa de Detenção e, por fim, pela Sala da Capela de Correção.

O fato de sempre interpretarmos as obras literárias, até certo ponto, à luz de nossos próprios interesses – e o fato de, na verdade, sermos incapazes de, num certo sentido, interpretá-las de outra maneira – poderia ser uma das razões pelas quais certas obras literárias parecem conservar o seu valor através dos séculos. (EAGLETON, 2006, p. 18)

Portanto, os textos de Ramos são criações de seu tempo com todas as influências socioculturais somado à ideia de seus leitores. Em **Garranchos** (2012), como anteriormente dito, foram compilados textos inéditos em livro, produzidos por Graciliano Ramos em diversos momentos da sua trajetória, seja política ou artística. Os textos ali contidos abrangem de meados de 1910 até o início da década de 1950, e nessa coletânea há crônicas, discursos políticos, cartas publicadas na imprensa, epigramas, artigos de crítica literária e até o primeiro ato de uma peça de teatro. Ali figuram textos dos quais o autor se vale de abreviaturas, iniciais e pseudônimos², além do nome consagrado literariamente. Nessa obra os textos variam quanto ao gênero e aos assuntos, mas alguns textos específicos, com a temática voltada ao ensino, parecem ter ampla relevância para a compreensão tanto da postura do autor face às questões da época em que viveu, como a forma que procurou representá-las

Vai como uma súplica endereçar-se ao governo: partiu pela minha pena desses infelizes pais de família que veem, dia a dia, a miséria invadir-lhes o lar, onde não penetrou ainda, balsâmica e divina, a fonte do bem humano: o livro! Criam-se aqui todos os dias, quase, centros de diversos, e no entanto uma escolha não se abre! É simplesmente horroroso que numa cidade como a nossa (já não digo município, contento-me com a sua capital) não tenhamos quem nos ensine a ler, arrancando-nos a cegueira da alma. Bem longe ainda vai de nós o progresso... O governo, descurando a maior necessidade do povo, entrega a sua instrução a criaturas tão ineptas que mal poderiam frequentar o primeiro ano de um estabelecimento de ensino! Que podem elas ensinar, santo Deus, se nada sabem? Só por milagre. Milagres? Ah! Mas a poeira dos séculos apagou-lhes o vestígio! E a ignorância aumenta, e os crimes multiplicam-se! (RAMOS, 2012, p. 61)

² De maneira geral, na imprensa, ainda nos anos 1910, o escritor optava por utilizar o nome de família, Ramos de Oliveira. Mais tarde, por conveniência, ele se vale de pseudônimos como Anastácio Anacleto, J. Calisto, entre outros, nas publicações do jornal interiorano **O Índio**. Em 1930, para o **Jornal de Alagoas**, o autor assinava como “Lúcio Guedes” ou pela abreviação “G.R.”. Somente em 1931, nas contribuições para a revista **Novidade**, é que ele passa a assinar “Graciliano Ramos”.

Nesse excerto de **Garranchos [IV]**, publicado no jornal **O Índio**, em 20 de fevereiro de 1921, em Palmeira dos Índios, o autor assina somente com o pseudônimo “X” e parte em defesa da instrução da população da cidade. Pode-se, ainda, observar a forma como Graciliano considera imprescindível que se tomem atitudes quanto à instrução da população também no seguinte excerto de **Garranchos [VI]**, igualmente em **O Índio** e com a assinatura do pseudônimo “X”, de 6 de março de 1921. O autor diz

Voltamos a encarar de novo o grave mal que ameaça derruir a moral do povo: o analfabetismo. A ignorância arrasta, a passos gigantescos, a multidão sertaneja ao abismo tenebroso do crime! [...] São desta natureza os dramas terríveis que nos oferece a selvageria do meio em que vivemos. E tudo por quê? Porque, em vez de uma carta de ABC, se dá ao povo a carta de baralho; porque, em vez de um ensinamento sã, que lhe ilumine o cérebro, se lhe deita na boca o copo de água ardente que lhe devasta o organismo e relaxa o caráter! Urge, pois, que se ponha a termo tamanhas misérias. [...] Precisamos abrir escolas (RAMOS, 2012, p. 66).

Com os olhos voltados à literatura, é possível afirmar que dessa fusão da narrativa com o cenário e o conjuntura social sai o drama que transmite ao texto a descarga nervosa diretamente ao leitor, aquela que Aristóteles teria denominado catarse. E isso contribui para que leitores e leitoras, estudiosos ou não das questões do ensino e ainda assim diretamente ligados a ele, possam refletir sobre a forma como este se deu através dos anos e como é possível problematizar o que surge a partir dessas reflexões.

Considerações finais

A leitura de uma obra literária permite explorar, além das análises calcadas nos aspectos formais, os aspectos psicológicos, sociais e históricos da qual fez parte e refletiu em suas páginas. Ler os escritos de Graciliano Ramos faz desenvolver aquela visão com a qual ao enunciar um nome a um lugar acabamos associando o lugar a um conjunto.

Um texto adquire múltiplos significados, como se sabe, independente da intenção de quem o escreve – seja um historiador ou um literato. Para o leitor, o texto poderá apontar para além do que é está escrito, seja através da linguagem alegórica da Literatura

ou da interpretação do passado - quem o lê poderá ter reinterpretações, inclusive intertextuais³.

Pode-se concluir, dessa forma, que a Literatura não poderá ser fonte para uma História tradicional, compreendida também como uma listagem de nomes e datas, mas poderá ser útil, por exemplo, se o objetivo for a compreensão de valores de uma época, assim como as razões, as angústias, os sonhos e os desejos, e, ainda, na verificação de como os seres humanos procuravam *representar* aos outros e a si em diversas épocas – sendo possível dialogar com a História da Educação ao verificar de que forma eram e são compreendidas as maneiras pelas quais se dá o ensino e no que elas conseguem acertar ou precisam cessar de falhar.

Referências

ARISTÓTELES. **Arte poética**. São Paulo: Martin Claret, 2004.

AUERBACH, Erich. **Mimesis: A representação da realidade na literatura ocidental**. São Paulo: Perspectiva, 1976.

BENJAMIN, Walter. **A modernidade e os modernos**. Tradução Heindrun Krieger Mendes da Silva e Arlete Brito. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2000.

BRAYNER, Sônia (org). **Graciliano Ramos**. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

CALVINO, Ítalo. **Por que ler os clássicos?**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CANDIDO, Antonio. **Ficção e confissão: ensaios sobre Graciliano Ramos**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

_____. **Literatura e Sociedade**. São Paulo: T.A. Queirós, 2000.

_____. **Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária**. São Paulo: T.A. Queiroz, 2000.

³ “A noção de intertextualidade surge do fato de os textos nascerem uns dos outros e influenciarem-se mutuamente. Não há, contudo, reprodução pura e simples e nem adoção plena. A retomada de um texto existente pode ser aleatória ou consentida, vaga lembrança, homenagem explícita ou ainda submissão a um modelo, subversão do cânone ou inspiração voluntária.” (SAMOYALT, 2008, p.10)

CARPEAUX, Otto Maria. Visão de Graciliano Ramos. In: BRAYNER, Sônia (org.) **Graciliano Ramos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

CASTRO, Sílvio. **A carta de Pero Vaz de Caminha: o descobrimento do Brasil**. Porto Alegre: L&PM, 2003.

CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

EAGLETON, Terry. **Teoria da Literatura: uma introdução**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

ESTEVES, Antônio R., Narrativas de extração histórica: sob o signo do hibridismo. **O romance histórico brasileiro contemporâneo (1975 – 2000)**. São Paulo: EDUNESP, 2010.

HORKHEIMER, Max. **Teoria Crítica: uma documentação**. Tradução Hilde Cohn. São Paulo: Perspectiva, 1990.

HUTCHEON, Linda. Metaficção historiográfica: “o passatempo do tempo passado”. **Poética do pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Imago, 1991.

Les textes de la chanson de Roland I (Manuscrit d’Oxford). Disponível em: http://www.hs-augsburg.de/~harsch/gallica/Chronologie/11siecle/Roland/rol_choo.html; Acesso em: 25 de julho de 2013.

MENDONÇA, Carlos Vinicius Costa de; ALVES, Gabriela Santos. Os desafios teóricos da história e a literatura. **Revista História Hoje**. v.1, n. 20. 2003, p. 1-9. Disponível em <http://www.anpuh.uepg.br/historia-hoje/vol1n20historialiterat.htm>. Acesso em 31 de julho de 2013.

MORAES, Dislane Zerbinatti. **Fontes e objetos históricos no ensino de História da Educação: os lugares do texto literário**. São Paulo, 2004. Disponível em: <http://www.faced.ufu.br/colubheo6/anais/arquivos/92DislaneZerbinattiMoraes.pdf> Acesso em: 30 de julho de 2013.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História & Literatura: uma velha-nova história. **Revista Nuevo-mundo – mundos nuevos**. n.6. 2006. Disponível em: <http://nuevomundo.revues.org/1560>; Acesso em 26 de julho de 2013.

_____. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

_____. O mundo como texto: leituras da história e da literatura. **Revista História da Educação**, Porto Alegre: UFRGS, v.7, n. 14. 2003, p. 1-10. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/30220>. Acesso em 02 de agosto de 2013.

RAMOS, Graciliano. **Garranchos**. Rio de Janeiro: Record, 2012.

_____. **Infância**. São Paulo: Círculo do Livro, sem data.

RAMOS, Ricardo. **Graciliano: retrato fragmentado**. São Paulo: Siciliano, 1992.

ROSENFELD, Anatol. **Texto / contexto II**. São Paulo: Perspectiva / Ed.USP / Ed. Unicamp, 1993.

SAMOYALT, Tiphaine. **A intertextualidade**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008.

VIRGÍLIO. **A Eneida**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

WHITE, Hayden. O texto histórico como artefato literário. In: **Trópicos do discurso: sobre a crítica da cultura**. São Paulo: EDUSP, 1994.